

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Edna do Prado Class.: 1316

Data: 12/01/90 Pg.: \_\_\_\_\_

# Tuma desmente acordo com garimpeiros

LUIA MARQUES

O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, disse ontem em Brasília que "não há nenhum acordo" de assentamento de garimpeiros em terras indígenas ianomami, no noroeste de Roraima. Segundo ele, existem apenas "conversas" entre o governo e os garimpeiros para uma "solução definitiva da questão". Tuma declarou que "não seria insano" de contrariar a liminar da Justiça que determina a "retirada imediata" dos garimpeiros da região. O delegado afirmou que esteve em Roraima como "válvula de escape" da "panela de pressão" em que o Estado se transformou com a operação.

As declarações de Tuma representam um recuo do governo diante das reações da Justiça e do Ministério Público contra o acordo ilegal proposto pelo Executivo aos garimpeiros. O procurador Eugê-

nio Aragão pediu antontem na Justiça a prisão em flagrante do diretor-geral da PF, por "desobediência à ordem judicial", em função dos termos do acordo proposto. O governo está se comprometendo a assentar os garimpeiros em três áreas dentro do território ianomami, de 9 milhões 400 mil hectares, descrito pela liminar da Justiça. O juiz João Batista Coelho Aguiar, da Sétima Vara Federal, deu ontem um prazo de 72 horas para que Tuma se explique por escrito sobre o acordo com os garimpeiros.

O delegado foi ontem ao juiz para evitar a intimação de um oficial da Justiça em sua casa. Ele está "magoado" com os termos usados pelo procurador na ação cautelar enviada à Justiça. Tuma disse que em 35 anos de polícia nunca desrespeitou uma ordem judicial. Ele afirmou que reconhe-

ce que o assentamento dos garimpeiros nas áreas propostas realmente contraria a liminar da Justiça. Tuma disse que o governo vai buscar alguma forma de suspensão da liminar, antes de acertar o acordo com os garimpeiros. O delegado quer convencer a Justiça da pertinência do acordo negociado.

Este reconhecimento da "ilegalidade" do acordo afronta a postura que tem sido adotada pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos, o coordenador da operação ianomami. Ramos insiste em dizer que o acordo é legal, ignorando a liminar da Justiça que ordena evacuação da área. O ministro disse ontem, após uma audiência com Sarney, que vai fazer o possível "para tornar lícita a presença dos garimpeiros na floresta nacional, depois deles terem sido retirados da reserva indígena".



Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal